

• 4 AGO 1988

Econ. Brasil

No ar, mais um pacote econômico

Ricardo Noblat

DE volta da Bolívia, o presidente José Sarney encontrou sobre sua mesa de trabalho um elenco de propostas divergentes para fazer face à aceleração do processo inflacionário. Uma influente corrente do governo, que se expressa através de Jorge Murad, secretário particular da Presidência da República, sugere a adoção de medidas que poderiam ser coroadas por um novo congelamento de preços e de salários.

Mais de uma vez Sarney já disse, e autorizou auxiliares a dizerem, que o governo não adotará o congelamento porque ele só produziria bons resultados se o déficit público estivesse reduzidíssimo. E não está. Outra corrente do governo, liderada pelo ministro Antônio Carlos Magalhães, aconselha a adoção do redutor para preços e salários de acordo com o modelo do ex-ministro Mário Simonsen.

Há 15 dias, durante reunião do Conselho Político do governo, o presidente da República descartou a utilização do redutor. Ele de nada adiantaria, disse Sarney, porque o déficit público continua alto. Simonsen pensa da mesma forma. Os ministros Maflson da Nóbrega e João Batista de Abreu recepcionaram o presidente com a ideia de um novo pacote econômico que contém duríssimas medidas para enxugar o déficit.

Desde o início do seu governo, Sarney reafirma, a cada pacote econômico que desembrulha, que aquele será o último. Deveremos conhecer mais um nos próximos dias — novamente o último. O que leva o timbre de Maflson e de João Batista corta fundo o orçamento da União até deixar seus ossos expostos. Implica na extinção de órgãos e na demissão de 60 mil a 100 mil funcionários ociosos de empresas do governo.

Se aceito em toda sua extensão por Sarney, o governo, enfim, terá feito sua parte para que a inflação despenque. Caberá a trabalhadores e patrões fazerem a parte deles. O pacto social poderia se tornar possível. O exame da folha corrida do presidente não oferece motivos suficientes para que os ministros da Fazenda e do Planejamento imaginem ser viável a plena aceitação do que propõem.

O projeto da Ferrovia Norte-Sul fornece a medida da disposição de Sarney para cortar despesas. Em um período



que o governo congelou por dois meses os salários do funcionalismo público alegando falta de dinheiro, o presidente abriu um crédito suplementar de 11,820 bilhões de cruzados para financiar um sonho que pode ser tudo — mas que não é prioritário. Ou que não deveria ser.

O congelamento soprado por Murad e companhia mandaria para casa o ministro da Fazenda que não concorda com ele — e, talvez, o ministro do Planejamento, que com ele não concorda, mas que seria capaz de ficar no governo atendendo a um apelo desesperado do presidente. Para casa iria Maflson se o redutor de Simonsen fosse, de logo, assimilado. Dependendo de como fosse, João Batista ficaria onde está.

Os dois ministros permanecerão empenhados em fazer vingar sua política mesmo que o presidente não avalize, por inteiro, o pacote que eles, cuidadosamente, embalaram. O ministro Antônio Carlos Magalhães calculava, no final da semana passada, que ao périplo boliviano de Sarney se seguiria o anúncio de medidas fortes para diminuir o déficit e para pôr freios na inflação.

Arriscava até uma data: amanhã. Antônio Carlos chegou a sugerir que Sarney cancelasse sua viagem a Bolívia para desatar as medidas no último dia de julho ou a primeiro de agosto. Desatadas, Sarney não poderia deixá-las sob o cuidado do deputado Ulysses Guimarães, viajando em seguida. Seria um risco muito grande, pensava o ministro das Comunicações. E se Ulysses, com alguma declaração, as desautorizasse?

Antônio Carlos é adepto fervoroso de iniciativas urgentes na área econômica porque o governo não pode ficar imóvel quando a inflação atinge 24% ao mês — e muito menos quando Ulysses, depois de sua resposta ao discurso da semana passada de Sarney, ameaça reinar, soberano, enquanto durar o segundo turno da Constituinte. O governo há de retomar a ofensiva na economia e na área política, insiste Antônio Carlos.